

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

Cyntia Silva Wessfl

BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS E CIDADANIA:
UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICA

Porto Alegre

2011

Cyntia Silva Wessfl

**BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS E CIDADANIA:
UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia, pelo Departamento de Ciências da Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Valdir José Morigi.
Coorientadora: Profa. Me. Patrícia Mallmann Souto Pereira.

Porto Alegre

2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Dr. Carlos Alexandre Netto

Vice-reitor: Prof. Dr. Rui Vicente Oppermann

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

Diretor: Prof. Bel. Ricardo Schneiders da Silva

Vice-diretora: Profa. Dra. Regina Helena van der Laan

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

Chefe: Profa. Dra. Ana Maria Mielniczuk de Moura

Chefe Substituta: Profa. Dra. Sônia Elisa Caregnato

COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

Coordenadora: Profa. Me. Glória Isabel Sattamini Ferreira

Vice-coordenadora: Profa. Dra. Samile Andréa de Souza Vanz

W515b Wessfl, Cyntia Silva

Bibliotecas comunitárias e cidadania : uma aproximação teórica / Cyntia Silva Wessfl – 2011.

44 f. ; 30 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal do Rio Grande do Sul / Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação / Curso de Biblioteconomia, Porto Alegre, 2011.

Orientador: Prof. Dr. Valdir José Morigi.

Coorientadora: Profa. Me. Patrícia Mallmann Souto Pereira.

1. Biblioteca comunitária. 2. Cidadania. I. Morigi, Valdir José. II. Pereira, Patrícia Mallmann Souto. III. Título.

CDU 027.4

Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (FABICO)

Rua Ramiro Barcelos, 2705 – Bairro Santana

CEP 90035-007 – Porto Alegre – RS

Fone: (51) 3308-5067

Fax: (51) 3308-5435

E-mail: fabico@ufrgs.br

Cyntia Silva Wessfl

**BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS E CIDADANIA:
UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia, pelo Departamento de Ciências da Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovado em 07 de dezembro de 2011.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Valdir José Morigi (Orientador)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Profa. Me. Patrícia Mallmann Souto Pereira (Coorientadora)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Profa. Dra. Eliane Lourdes da Silva Moro
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Profa. Dra. Lizandra Brasil Estabel
Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS)

Dedico aos meus pais Nádia e Carlos, pelo amor, por tudo.

Ao meu irmão Wagner, pela amizade de sempre.

E ao meu sonho infantil de estudar na ufmg.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que longe de ser perfeita, foi uma janela incrível para a ampliação dos meus horizontes.

Agradeço aos orientadores deste trabalho pela acolhida generosa: ao Professor Valdir Morigi por toda a presteza e à Professora Patrícia Mallmann por todo o empenho, cuidado, incentivo e correções impecáveis ao longo do processo.

Agradeço também as professoras Eliane Moro e Lizandra Estabel por aceitarem compor a minha banca examinadora e por todo o carinho e estímulo ao longo do Curso de Biblioteconomia. E as professoras Ana Moura e Sônia Caregnato por todos os ensinamentos recebidos como monitora de projetos de pesquisa.

Assim como, ao estágio na Biblioteca Pública Municipal Josué Guimarães (BPMJG), que me propiciou uma primeira experiência profissional enriquecedora. E ao estágio na Seção de Periódicos, da Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado (TJRS), pelo bom exemplo de atuação profissional, pelas amizades e tardes alegres.

Agradeço à minha prima, comadre e colega de profissão, Cássia Selbach, pela inspiração estudantil. Bem como a minha madrinha, Nara, pela torcida.

E agradeço muitíssimo a todas as minhas queridas amigas e colegas pelo companheirismo dos últimos cinco anos... Especialmente (e alfabeticamente): Andrieli Lanferdini; Gabriela Vieira; Giana Lagranha; Josiene Niesciur; Lauren Collovini e Matilda Minuzzo.

Enfim, agradeço imensamente a todos que sempre acreditaram em mim e que viram qualidades minhas, que o cansaço já não me permitia enxergar.

E, por fim, e mais importante, agradeço especialmente aos meus amores mais amados: a minha mãe, Nádia, pelo amor, dedicação e força de sempre e sempre; ao meu pai, Carlos, pelo apoio entusiasmado; e ao meu irmão, Wagner, amigo de todas as horas.

*“Amor, como uma biblioteca, não é posse, mas despertence.
Quanto mais leio mais perco as certezas do começo.
Quanto mais amo mais corro pro final.”
(CARPINEJAR, 2006, p. 183).*

RESUMO

Apresenta estudo teórico que investiga o papel das bibliotecas comunitárias na construção da cidadania. Objetiva compreender, através da pesquisa bibliográfica, como as bibliotecas comunitárias auxiliam no exercício da cidadania. Aborda as bibliotecas comunitárias a partir do seu histórico, das suas definições e dos seus objetivos. Discute as semelhanças e as diferenças entre as bibliotecas comunitárias e as bibliotecas públicas. Entende que as bibliotecas comunitárias configuram novos tipos de unidades de informação. Define que todo cidadão possui direitos e deveres. Adota a teoria clássica da cidadania, de T. H. Marshall, que compreende a existência de três conjuntos de direitos (civis, políticos e sociais), que não podem ser desvinculados. Delimita os princípios básicos da cidadania, como sendo o exercício dos direitos e deveres, a participação do cidadão na sociedade civil, o acesso à informação, a emancipação social. Analisa a relação das bibliotecas comunitárias com a cidadania, no que se refere aos seus respectivos papéis; ao uso dos tipos de informação; às funções principais (educacional, recreacional, cultural e informacional) das bibliotecas comunitárias. Afirma que as bibliotecas comunitárias auxiliam no exercício e na construção da cidadania ao disponibilizarem o acesso à informação, à leitura e às artes, que são a força motriz para o desenvolvimento da cidadania.

PALAVRAS-CHAVE: Bibliotecas comunitárias. Cidadania. Informação e cidadania. Bibliotecas públicas.

ABSTRACT

Presents a theoretical study that investigates the role of community libraries in the construction of citizenship. It aims at understanding through literature, such as community libraries assist in the exercise of citizenship. Addresses the community libraries from their history, their definitions and their goals. Discusses the similarities and differences between community libraries and public libraries. Considers that community libraries configure new types of information units. Sets that every citizen has rights and duties. Adopts the classical theory of citizenship, T. H. Marshall, which includes the existence of three sets of rights (civil, political and social), which can not be detached. Sets out the basic principles of citizenship, as the exercise of the rights and duties, citizen participation in civil society, access to information, social emancipation. Analyzes the relationship of community libraries to citizenship, regarding their respective roles, to the use of the types of information, the functions (educational, recreational, cultural and informational) of community libraries. Affirms that the exercise assist in community libraries and the construction of citizenship to provide access to information, reading and the arts, which are the driving force for the development of citizenship.

KEYWORDS: Community libraries. Citizenship. Information and citizenship. Public libraries.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BRAPCI	Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
CI	Ciência da Informação
DCI	Departamento de Ciências da Informação
FABICO	Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação
ONU	Organização das Nações Unidas
RBBC	Rede Brasil de Bibliotecas Comunitárias
SABI	Sistema de Automação de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
1.1	JUSTIFICATIVA.....	11
1.2	OBJETIVOS.....	12
1.2.1	Objetivo Geral.....	12
1.2.2	Objetivos Específicos.....	13
1.3	METODOLOGIA.....	13
2	BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS.....	16
2.1	HISTÓRICO.....	16
2.2	DEFINIÇÃO.....	17
2.3	OBJETIVOS.....	24
3	CIDADANIA.....	27
4	BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS E CIDADANIA: relacionando as variáveis.....	31
4.1	INFORMAÇÃO E CIDADANIA.....	33
4.2	FUNÇÕES DAS BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS: relações com os princípios de cidadania.....	34
4.3	AS BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA.....	37
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
	REFERÊNCIAS.....	41

1 INTRODUÇÃO

Vivemos em um contexto social marcado por transformações que ocorrem desde o início da história da humanidade. À medida que a sociedade evolui e surgem novos recursos tecnológicos e científicos, ela se modifica apresentando o conhecimento como reflexo da própria estrutura social, determinando assim os rumos culturais, sociais e econômicos que se seguiram até a atualidade.

O Brasil avançou nitidamente nos quesitos economia e desenvolvimento social nas últimas duas décadas. Todavia, em um país de proporções continentais, é árdua a tarefa de promover o bem-estar de todos, sem discriminação por origem, raça, sexo, cor, idade, renda e quaisquer outras formas de preconceitos, como objetiva o inciso IV, do artigo 3º, da Constituição Federal (BRASIL, 1988). Essa igualdade de oportunidades refere-se ao exercício da cidadania, que está intimamente ligado ao acesso à informação e seu uso; especialmente no contexto atual, em que convivemos com um grande fluxo de informações. Contudo, nem sempre a informação está facilmente acessível a todos os cidadãos, o que é minimizado pelo surgimento de tipos alternativos de unidades de informação, como é o caso das bibliotecas comunitárias.

O tema desta pesquisa são as bibliotecas comunitárias, que configuram um assunto recente no contexto biblioteconômico e ainda pouco discutido nos ambientes acadêmicos. Já o foco desta investigação está voltado à construção da cidadania por intermédio das bibliotecas comunitárias.

Em vista disso, este trabalho de conclusão de curso depara-se com a seguinte questão, que pretende responder, com base teórica: Qual o papel das bibliotecas comunitárias na construção da cidadania?

1.1 JUSTIFICATIVA

As bibliotecas comunitárias constituem-se em um conceito com uma abordagem relativamente nova e pouco explorada no âmbito da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. Através de uma busca na literatura científica brasileira

sobre as bibliotecas comunitárias é possível perceber a pouca produção desenvolvida; essa visão é corroborada por diferentes autores da área (MACHADO, 2008, 2009; BOHM, 2009; BASTOS, 2010; BLANK; SARMENTO, 2010).

Seguindo a situação e a tendência nacional, o debate acerca das bibliotecas comunitárias também é incipiente no contexto biblioteconômico da UFRGS, tornando assim relevante a realização desta pesquisa. Nesse sentido, ainda podemos apontar que Blank e Sarmento (2010) defendem a necessidade de estudos teóricos, como o nosso. Da mesma forma, Machado (2009) afirma que é crescente a produção nas universidades de trabalhos de conclusão de curso sobre o assunto, amenizando assim as críticas de Almeida Júnior (1997) quanto à falta de preparação do formando em Biblioteconomia para trabalhar junto às bibliotecas ditas alternativas, dentre as quais ele entende que estejam inseridas as bibliotecas comunitárias.

Adotamos o entendimento de que as bibliotecas comunitárias configuram um novo tipo de biblioteca, no qual o bibliotecário pode e deve atuar; visto que no contexto atual, é crescente o interesse pela temática da inclusão social através da inclusão informacional, assim como pelo papel social do bibliotecário, o que amplia a importância das bibliotecas comunitárias.

1.2 OBJETIVOS

Os objetivos deste trabalho são os descritos a seguir, nas seções 1.2.1 e 1.2.2.

1.2.1 Objetivo Geral

Compreender, a partir da pesquisa bibliográfica, como as bibliotecas comunitárias podem auxiliar na construção e no exercício da cidadania.

1.2.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos desta pesquisa são os expostos abaixo:

- a) selecionar referencial teórico sobre o papel das bibliotecas comunitárias e sua relação com a cidadania;
- b) selecionar referencial teórico sobre o papel da informação na construção da cidadania;
- c) estabelecer a relação entre as funções das bibliotecas comunitárias e os princípios de cidadania;
- d) identificar quais as ações das bibliotecas comunitárias que podem auxiliar na construção da cidadania.

1.3 METODOLOGIA

Este trabalho consiste em uma pesquisa teórica (ou básica), que objetiva produzir novos conhecimentos úteis para o avanço da ciência, e envolve verdades e interesses universais (SILVA; MENEZES, 2001).

O estudo é de tipo exploratório. Segundo Gil (2010, p. 27): "Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato.", proporcionando a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis acerca de temas pouco explorados, como é o caso da temática deste trabalho. O procedimento metodológico adotado foi básico, através de pesquisa bibliográfica, uma das formas mais utilizadas de coleta de dados em pesquisas exploratórias (GIL, 2010).

A abordagem do estudo é qualitativa, uma vez que pretendemos descrever a complexidade de um determinado problema e a interação de duas variáveis (bibliotecas comunitárias e cidadania), sem o uso de métodos estatísticos, buscando compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, no intuito

de colaborar no processo de mudança de dado grupo, por intermédio da análise/interpretação subjetiva das informações coletadas nas fontes bibliográficas (DIEHL; TATIM, 2004).

O procedimento técnico (ou delineamento) da pesquisa é o bibliográfico, isto é, a pesquisa desenvolve-se a partir de material já elaborado, basicamente constituído de livros, artigos científicos e material disponibilizado na internet atualmente (especialmente literatura cinzenta, como trabalhos de conclusão de curso, monografias, dissertações e teses) (DIEHL; TATIM, 2004; GIL, 2010).

Gil (2010, p. 50) ainda faz apontamentos que se aplicam ao nosso estudo ao afirmar que:

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço.

A coleta dos dados se deu por meio de levantamentos bibliográficos. Assim sendo, em um primeiro momento, especialmente voltado às bibliotecas comunitárias, foram realizadas buscas no Sistema de Automação de Bibliotecas (SABi) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (www.sabi.ufrgs.br), no Lume – Repositório Digital da UFRGS (www.lume.ufrgs.br), na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) (www.brapci.ufpr.br), no Google Acadêmico (<http://scholar.google.com.br/>) e na Rede Brasil de Bibliotecas Comunitárias (RBBC) (<http://rbbcconexoes.ning.com/>).

Após esse primeiro levantamento, ficou evidenciado que a maioria dos trabalhos localizados sobre bibliotecas comunitárias estão em artigos científicos das áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação e em literatura cinzenta. As primeiras leituras foram realizadas na tentativa de encontrarmos outras fontes de informação úteis ao estudo, uma vez que a produção científica acerca da temática ainda é pequena. Assim foi possível reconhecermos os autores que são citados recorrentemente na nossa área de interesse, como, por exemplo, Almeida Júnior (1997).

Já, em um segundo momento, as buscas realizadas dedicaram-se à cidadania e suas relações com o acesso à informação e com o papel social do

bibliotecário. Essas buscas também aconteceram nos catálogos acima listados, bem como foi utilizada a bibliografia da Disciplina BIB03082 – Informação e Cidadania, ministrada pelo Professor Valdir Morigi.

Com o levantamento bibliográfico completo, passamos então à próxima etapa, que consistiu na localização e obtenção dos materiais selecionados (STUMPF, 2005). Os livros e alguns artigos de periódico foram encontrados na Biblioteca da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (FABICO) da UFRGS, os demais foram localizados na internet (principalmente a literatura cinzenta).

Com os dados coletados, isto é, as referências consideradas relevantes obtidas, passamos a realizar as leituras, as sínteses e as análises, que compõem esta monografia.

2 BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS

Esta seção objetiva fazer uma revisão de literatura no tocante ao histórico, às definições e aos objetivos acerca das bibliotecas comunitárias.

2.1 HISTÓRICO

Não foi possível localizar um histórico completo sobre a criação e/ou desenvolvimento das bibliotecas comunitárias nacional ou internacionalmente, uma vez que falta aprofundamento teórico e preocupação com a temática. Assim sendo, podemos apenas condensar/reunir os poucos relatos espalhados na literatura científica da área. No entanto, é possível compreender essa lacuna sobre a história das bibliotecas comunitárias ao nos debruçarmos sobre a definição do seu conceito (que discutiremos na próxima seção) e percebermos a complexa situação e contextualização, na qual estão inseridas.

Historicamente, as bibliotecas comunitárias são relacionadas (e confundidas) com as bibliotecas públicas e com as bibliotecas populares, entre outros tipos. Conforme Almeida Júnior (1997), as bibliotecas públicas, como as conhecemos, surgem em meados do século XIX. Logo, é interessante trabalharmos com a ideia de que as bibliotecas comunitárias não possuem mais do que 200 anos de atuação. Os autores consultados nos indicam, indiretamente, que o advento dessas bibliotecas data do século XX (ALMEIDA JÚNIOR, 1997; MACHADO, 2008; BASTOS, 2010).

Segundo Almeida Júnior (1997), o termo “biblioteca comunitária” seria uma nova denominação para as bibliotecas populares, fenômeno mundial ocorrido na segunda metade do século XIX que, no Brasil, visava à criação de bibliotecas em bairros operários e periféricos. O autor defende que “[...] a concepção dessas bibliotecas populares tinha pouca alteração quando confrontada com a concepção das bibliotecas públicas. Procuravam, na verdade, ampliar o público alvo das bibliotecas públicas [...]” (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p. 92).

O autor defende também que essa nomenclatura atende aos interesses de políticas populistas, sendo, portanto, a biblioteca popular apenas uma variante terminológica para as bibliotecas públicas. Essas ideias são esquecidas no período dos governos militares e ressurgem no começo da década de 80, com outra terminologia – bibliotecas comunitárias – que intentariam a integração entre as bibliotecas públicas e as bibliotecas escolares, produzindo assim um discurso mais assimilável pelas classes dominantes.

Para reforçar isso, Almeida Júnior (1997) ainda afirma que a primeira ocorrência do termo na literatura brasileira específica da área acontece em 1978, no artigo “Biblioteca pública é biblioteca escolar?” de Carminda Nogueira de Castro Ferreira¹, que tratava de uma experiência norte-americana do início do século passado que visava articular a integração da biblioteca pública com a biblioteca escolar. O autor aponta, conforme expresso anteriormente, que não existe um histórico acerca desse tipo de biblioteca, assim como não existe igualmente um delineamento claro e objetivo sobre as mesmas. Buscaremos encontrar alguns esclarecimentos nas seções subsequentes.

2.2 DENIFIÇÃO²

Atualmente não existe uma definição consolidada e predominante acerca das bibliotecas comunitárias. Como foi dito na introdução deste trabalho, é escassa a literatura científica sobre o assunto e esta, quando existe, está relacionada às bibliotecas públicas (MACHADO, 2008, 2009; BOHM, 2009; BASTOS, 2010; BLANK; SARMENTO, 2010). Portanto, é impossível pesquisar as bibliotecas comunitárias sem abordar aspectos das bibliotecas públicas.

Assim sendo, é oportuno iniciarmos a busca pela definição do conceito das bibliotecas comunitárias com a obra “Bibliotecas Públicas e Bibliotecas Alternativas”, de Oswaldo Francisco de Almeida Júnior (1997), que é recorrentemente citado na literatura brasileira da área. O autor objetiva nesse trabalho apresentar a sua

¹ FERREIRA, Carminda Nogueira de Castro. Biblioteca pública é biblioteca escolar? **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 11, n. 1/2, p. 9-16, jan./jun. 1978.

² “Uma definição é um enunciado que descreve um conceito permitindo diferenciá-lo de outros conceitos associados [...]” (LARA, 2004, p. 93).

concepção de biblioteca pública e as propostas alternativas ao seu modelo tradicional, nas quais a biblioteca comunitária está incluída. O autor entende que:

O modelo tradicional da biblioteca pública seria aquele que enfatiza as funções educacional, de lazer e cultural, mas restringindo a função educacional quase que exclusivamente à educação formal, a função cultural direcionada para trabalhos vinculados à absorção de conhecimentos, visando à erudição e, por sua vez, a função de lazer simplesmente limitada ao empréstimo de livros. Além disso, o modelo tradicional prioriza o livro, enquanto suporte; elege o alfabetizado como seu único usuário, e impede que a biblioteca pública saia de si mesma e interaja com a sociedade. (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p. 60).

Almeida Júnior (1997) ainda apresenta como quarta e última função da biblioteca pública a função informacional, que se constitui na valorização do conteúdo independentemente do suporte informacional, o acréscimo da informação ao conhecimento, o desprendimento do livro, do texto impresso. Esse autor afirma também que a função informacional ainda não havia sido assimilada pelos bibliotecários no final do milênio. Todavia é possível dizer (após breve investigação, realizada em 2010, que buscava promover as mobilidades acadêmicas) que, na última década, os cursos de Biblioteconomia brasileiros assimilaram a dimensão informacional em seus currículos, e que os bibliotecários novatos, se pode supor, apropriaram-se desse conceito.

Portanto, as funções da biblioteca pública são de caráter educacional, recreacional (ou de lazer), cultural e informacional, sendo que a função educacional é a preponderante e foi predominante no século XIX, enquanto as funções cultural e recreativa só aparecem no começo do século XX e a função informacional surge por volta da década de 70. Posteriormente, a função informacional das bibliotecas públicas será útil para compormos a especificação do tipo de informação que é mais disseminado pelas bibliotecas comunitárias.

A apresentação histórica das principais funções que compõem a biblioteca pública é importante no sentido de o autor propor que as bibliotecas comunitárias possuem as mesmas funções e, assim sendo, não podem/devem configurar uma tipologia diferenciada de biblioteca.

Almeida Júnior (1997, p. 94) também acredita que:

Designou-se com esse termo [bibliotecas comunitárias] aquelas bibliotecas que atuavam junto aos segmentos mais pobres das grandes cidades, principalmente em bairros periféricos, mas que em nada ou talvez, em muito pouca coisa, diferenciava das bibliotecas públicas tradicionais. Estas, com frequência, utilizam 'serviços de extensão', ou seja, carro-biblioteca e caixa-estante enviados para os locais onde não funcionam serviços bibliotecários formais.

A afirmação de que as bibliotecas comunitárias, geralmente, estão localizadas na periferia é correta, mas, equivocadamente, o autor entende que os serviços de extensão das bibliotecas públicas configuram as chamadas bibliotecas comunitárias. No entanto, posteriormente, o autor identifica, ao menos, uma diferença que nos interessa entre as bibliotecas públicas e as comunitárias, que seria:

A participação da comunidade no gerenciamento da biblioteca e na determinação de políticas e objetivos que norteiem e direcionem sua atuação, além de lhe darem um sentido social, é, talvez, o principal item na procura de diferenças entre a biblioteca comunitária e a biblioteca pública. (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p. 106).

Entretanto, como conclusão do capítulo sobre bibliotecas comunitárias, Almeida Júnior (1997) afirma que as mesmas não podem ser consideradas um tipo específico de biblioteca, por não possuírem características específicas que as constituam em algo novo; logo, as bibliotecas comunitárias são interpretadas como propostas alternativas ao modelo tradicional de biblioteca pública. Em suma, uma tentativa de modernização ou apenas uma variante terminológica; visão essa, parcialmente, corroborada por Machado (2009), que entende que a sociedade em geral percebe as bibliotecas comunitárias como sinônimo das bibliotecas públicas e bibliotecas populares.

É interessante apontar a definição de bibliotecas comunitárias elaborada por Stumpf (1988, p. 21), que entende que “[...] as bibliotecas públicas são mantidas pelo governo e servem a uma população maior, como uma cidade ou estado. Já as comunitárias podem ou não ser subordinadas ao governo, mas atendem a populações menores como bairros e vilas.”.

Esse é um argumento válido na tentativa de diferenciação entre as bibliotecas públicas e as comunitárias, afinal a instituição mantenedora da biblioteca é característica fundamental para a existência da mesma e, sabidamente, as bibliotecas públicas são mantidas pela Administração Pública, ao passo que nem sempre (ou quase nunca) acontece o mesmo com as bibliotecas ditas comunitárias.

Outro aspecto relevante na proposta da autora supracitada é o público, ao qual elas se dirigem, pois enquanto as bibliotecas públicas devem abranger um município ou região, as bibliotecas comunitárias, como o próprio nome permite inferir, devem atender a uma comunidade específica, entendida assim: “Comunidades são agrupamentos de pessoas que vivem numa área delimitada, tendo em comum aspectos geográficos, econômicos e/ou culturais que lhes conferem certa uniformidade no estilo de vida.” (REIS, 1966³ *apud* STUMPF, 1988, p. 18).

Em outras palavras, Machado (2008, p. 32) entende que a comunidade é “[...] basicamente formada por um número pequeno de indivíduos, os quais estão situados num local comum, onde se percebem vinculados por suas histórias passadas, por suas expectativas futuras e por seus conhecimentos compartilhados.”. É importante fazermos uma ressalva de que essas definições pautadas nas características territoriais das comunidades são úteis para fins de conceituação das bibliotecas comunitárias, mas que com as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) o conceito de comunidade foi ampliado, principalmente na década de 90, comportando agora uma dimensão global, voltada aos interesses comuns entre os indivíduos.

Blank e Sarmiento (2010, p. 142) confirmam essa visão e apresentam novos argumentos ao dizerem que:

Assim, percebe-se, principalmente em países em desenvolvimento, o surgimento de espaços de cultura e lazer muitas vezes criados por iniciativas locais coletivas. Estes espaços geralmente recebem o nome de ‘Bibliotecas Comunitárias’ baseados no objetivo de suprir a carência informacional de áreas socialmente excluídas.

³ REIS, Ayeda Pereira. **Você e sua comunidade**. Porto Alegre: Secretaria do Trabalho e Habitação, 1966.

As autoras confirmam a ideia de que as bibliotecas comunitárias estão localizadas em comunidades periféricas ou “socialmente excluídas” e nos trazem um aspecto importante ao apontar que a criação dessas bibliotecas (ou espaços) é originada através de iniciativas populares, isto é, do povo para o povo, invertendo assim a lógica das bibliotecas públicas, que nascem do desejo do Poder Público. Essas autoras também apontam que o profissional bibliotecário não atua nessas bibliotecas.

Prosseguindo a busca pela definição das bibliotecas comunitárias, é elementar abordarmos a tese de doutorado “Bibliotecas Comunitárias Como Prática Social no Brasil”, de Elisa Campos Machado (2008), na qual foram identificadas 350 experiências de bibliotecas comunitárias em todo o país, sendo que 29 constituíram o universo da pesquisa efetivamente.

Machado (2008, p. 51) vai ao encontro de Blank e Sarmiento (2010) ao afirmar que:

É interessante perceber que a biblioteca comunitária surge como um poder subversivo de um coletivo, uma forma de resistência contra-hegemônica, de quase enfrentamento social, numa nova realidade, que escapa das medidas e das categorias descritivas existentes [...].

E se a biblioteca comunitária não se encaixa nas categorias existentes, precisa ser classificada como uma nova categoria ou, melhor, como uma nova tipologia de biblioteca, contrariando assim a proposta de Almeida Júnior (1997), vista anteriormente.

Ainda nesse sentido, Machado (2008, p. 61) pondera que:

[...] a biblioteca comunitária, como se apresenta hoje na sociedade brasileira, pode ser considerada um outro tipo de biblioteca, pois vem sendo criada seguindo os princípios da autonomia, da flexibilidade e da articulação local, o que amplia as possibilidades de atuação e de inserção na sociedade. Outro fator que nos leva a considerá-la diferente é pela forma de atuação estar muito mais ligada à ação cultural do que aos serviços de organização e tratamento da informação. Esses princípios podem ser considerados qualidades essenciais destas bibliotecas, os quais as diferenciam das demais, tornando-as únicas.

Para que possamos diferenciar de forma definitiva as bibliotecas comunitárias das bibliotecas públicas, é interessante analisarmos o quadro proposto por Elisa Machado, que vem sendo citado sistematicamente após sua publicação.

Quadro 1 – Comparativo entre Bibliotecas Públicas e Bibliotecas Comunitárias

Características	Bibliotecas Públicas	Bibliotecas Comunitárias
Fundamentação	Projeto técnico	Projeto político social
Legitimidade	Dada pelas leis	Dada pelo grupo
Estrutura	Vinculada a órgão governamental	Vinculada a um grupo de pessoas, podendo ou não ser parceira ou ter apoio de órgãos públicos e privados
Hierarquia	Rígida – altamente hierarquizada	Mínima – Flexível
Equipe Interna – Constituição	Funcionários da Administração Pública, alocados no equipamento independentemente do seu vínculo local	Membros da comunidade
Equipe Interna – Postura	Dependência	Autonomia

Fonte: Machado (2008, p. 64).

Quanto à fundamentação das bibliotecas, a autora entende por “projeto técnico” as ações administrativas e burocráticas que buscam soluções racionais para problemas sociais, por exemplo, o horário comercial de atendimento das bibliotecas públicas (de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h). E entende por “projeto político social” a priorização das necessidades sociais, por exemplo, a ampliação do horário de atendimento na biblioteca comunitária ou o funcionamento em horários alternativos (à noite ou aos finais de semana). O quadro é imperativo ao

expor as diferenças existentes entre as bibliotecas, pois enquanto as bibliotecas públicas são rígidas, governamentais, dependentes e tecnicistas; as bibliotecas comunitárias são flexíveis, oriundas da sociedade civil, autônomas e humanísticas.

Sendo assim, podemos apresentar a definição escolhida como definitiva às bibliotecas comunitárias, que é a seguinte:

Entendemos que o conceito de biblioteca comunitária, no Brasil remete a uma categoria de entidades que possui o mesmo significado, ou seja, espaços físicos abertos ao público local, de acesso à informação e às diversas formas de leitura, onde a ação cultural é fortemente implementada.

[...]

[...] pode ser definido como: um projeto social que tem por objetivo estabelecer-se como uma entidade autônoma, sem vínculo direto com instituições governamentais, articuladas com as instâncias públicas e privadas locais, lideradas por um grupo organizado de pessoas, com o objetivo comum de ampliar o acesso da comunidade à informação, à leitura e ao livro, com vistas a sua emancipação social. (MACHADO, 2009, p. 90-91)

No primeiro parágrafo citado, a autora aponta definições importantes acerca das bibliotecas comunitárias, como o acesso à informação, e apresenta também a ação cultural como característica principal que as constituem; então se faz necessário delimitarmos nosso entendimento sobre ela, a fim de deixarmos o mais claro possível a definição acima escolhida. Para tanto, Milanesi (2002, p. 95-96) nos diz que:

‘Ação cultural’ é denominação que se aplica a tipos diferentes de atividades e raramente associada a bibliotecas. De um modo geral giram em torno de práticas ligadas às artes: música, teatro, dança, literatura, ópera... Pode ser uma exposição, um recital, um concurso literário... A qualidade do evento pode ir do amadorismo desajeitado ao mais alto grau de profissionalismo e de qualidade. Os motivos da atividade cultural também variam e de forma antagônica: do mero lazer à panfletagem política.

Em suma, a ação cultural pode ser entendida como uma prática artística, que visa o acesso da população às artes e à cultura. Já no segundo parágrafo citado cabe sublinhar o trecho que diz que o objetivo das bibliotecas comunitárias é “[...] ampliar o acesso da comunidade à informação, à leitura e ao livro [...]”, no intuito de

emancipar a sociedade. A emancipação social é um dos objetivos das bibliotecas comunitárias ligado ao exercício da cidadania.

Assim sendo, após todo o exposto, podemos afirmar que a definição do termo “biblioteca comunitária” é difícil, mas não impossível, uma vez que ela vem sendo alterada constantemente ao longo do século passado.

Finalmente, entendemos que as bibliotecas comunitárias constituem-se em mais do que uma nova tipologia de unidade de informação, que pretende propiciar acesso aos mais variados tipos de informação em comunidades carentes, periféricas, excluídas. As bibliotecas comunitárias são o resultado da união de um grupo de pessoas, que em uma iniciativa local, sem apoio governamental, desejam a criação de um espaço público, que intenta a autonomia do indivíduo, bem como a sua dignidade, participação e emancipação social. Basicamente, uma tentativa de: “Escapar, na liberdade do pensamento, desse espírito de manada que trabalha obstinadamente para nos enquadrar, seja lá no que for.” (LUFT, 2004, p. 20).

A seguir trataremos dos demais objetivos pertinentes às bibliotecas comunitárias.

2.3 OBJETIVOS

A dificuldade encontrada para construir o histórico e a definição das bibliotecas comunitárias acentua-se ainda mais quando se trata dos objetivos dessa nova tipologia de bibliotecas.

Assim sendo, podemos apontar que, de forma uníssona, diferentes autores (ALMEIDA JÚNIOR, 1997; MACHADO, 2008; BOHM, 2009) citam o artigo de Sarti, Guiraldeli e Vicentini (1984, p. 16), que elencam os objetivos das bibliotecas comunitárias da seguinte maneira:

- a) atender a uma comunidade específica;
- b) desenvolver o hábito da leitura;
- c) conscientizar a população na participação comunitária na preservação de um bem público;
- d) tornar a biblioteca um fator integrante da comunidade.

A citação massiva nos leva a crer que essa é a proposta mais explícita existente na literatura nacional, e que vai, até certo ponto, ao encontro do que vimos até aqui, isto é, a biblioteca comunitária atende a uma comunidade específica e pretende estar inserida fortemente na mesma, assim como intenta o desenvolvimento do “hábito da leitura”, ou melhor, intenta o suprimento da carência informacional da comunidade. O objetivo que se refere à conscientização da população no sentido da importância da participação comunitária (na preservação de um bem da coletividade) é outro ligado ao exercício da cidadania, bem como o último objetivo que deseja perceber a biblioteca como um espaço público para a integração da comunidade.

A proposta dos autores sobreditos é interessante, todavia não podemos deixar de perceber que ela tem mais de 25 anos e novas tentativas de compilação dos objetivos da biblioteca comunitária são necessárias. Para tanto, trazemos as colocações de Laipelt et al. (2005, p. 4-5), que em artigo sobre bibliotecas comunitárias e telecentros nos ajuda a delimitar como objetivos da biblioteca comunitária os seguintes:

- a) possibilitar o acesso à informação (utilitária), à leitura e às artes visando à transformação social, no que se refere à democratização do conhecimento, no auxílio ao processo de alfabetização e redução do analfabetismo funcional;
- b) oferecer serviços aos membros da comunidade voltados à ação cultural, tais como oficinas de artes manuais, aulas de música, teatro, hora do conto, cursos de línguas, informática, serviços de governo eletrônico, oficinas educativas sobre sexualidade, contracepção, prevenção de doenças e de uso de drogas;
- c) promover a participação, o voluntariado e a coesão comunitária ao possibilitar um espaço para maior interação social entre os membros que compõe a comunidade, na qual a biblioteca está inserida, bem como ajudar na criação da identidade cultural dos membros dessa comunidade;
- d) estabelecer parcerias com instituições públicas e privadas (prefeituras, governos estaduais, telecentros, outras bibliotecas, associações de bairro, editoras, empresas do terceiro setor), no intuito de fortalecer a biblioteca comunitária.

Acreditamos firmemente que esses deveriam ser os objetivos norteadores às bibliotecas comunitárias, uma vez que eles são, ao mesmo tempo, abrangentes e precisos, visando à formação do cidadão.

3 CIDADANIA

De acordo com Vieira (2009), historicamente a cidadania assumiu variadas formas devido aos diferentes contextos culturais. Já, Barbalet (1989, p. 11) é incisivo ao afirmar que: “A cidadania é tão velha como as comunidades humanas sedentárias. Define os que são e os que não são membros de uma sociedade comum.” E Vieira (2001, p. 42) aponta que: “[...] a base territorial da cidadania transformou-se historicamente, passando, na Antiguidade, da *pólis* grega ao império romano, desde à cidade medieval e finalmente ao Estado moderno, após o Renascimento.”.

Atualmente, a cidadania é um assunto em voga, aparecendo no discurso de diferentes segmentos da sociedade: políticos, meios de comunicação, intelectuais, inclusive nas camadas mais desprivilegiadas da população. A cidadania é um tema que possui diferentes concepções, algumas opostas até, e cuja discussão é global, isto é, o debate já aconteceu tanto na democracia ocidental quanto no socialismo do leste europeu, assim como acontece em todos os níveis de classes, grupos e movimentos sociais (MANZINI-COVRE, 1995).

A autora supracitada aponta que no Brasil, comumente a cidadania é entendida como o direito ao voto simplesmente, o que até faz sentido em um país colonizado, que foi redemocratizado pela última vez há pouco mais de duas décadas.

Manzini-Covre (1995, p. 9) nos traz uma definição interessante sobre a cidadania ao dizer que:

Podemos afirmar que ser cidadão significa ter direitos e deveres, ser súdito e ser soberano. Tal situação está descrita na Carta de Direitos da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1948, que tem suas primeiras matrizes marcantes nas cartas de Direito dos Estados Unidos (1776) e da Revolução Francesa (1798). Sua proposta mais funda de cidadania é a de que todos os homens são iguais perante a lei, sem discriminação de raça, credo ou cor. E ainda: a todos cabem o domínio sobre seu corpo e a sua vida, o acesso a um salário condizente para promover a própria vida, o direito à educação, à saúde, à habitação, ao lazer. E mais: é direito de todos poder expressar-se livremente, militar em partidos políticos e sindicatos, fomentar movimentos sociais, lutar por seus valores. Enfim, o direito de ter uma vida digna de ser homem.

Basicamente, a definição mais difundida sobre cidadania é essa que entende que o cidadão possui direitos e deveres (especialmente direitos); sendo que os deveres, como, por exemplo, a participação e a preocupação com a existência dos direitos da coletividade, são relegados a um segundo plano, e isso é interessante àqueles que detêm o poder. Isto é, não é interessante que a população assuma uma posição ativa, de enfrentamento, na vida social, pois: “Só existe cidadania se houver a prática da reivindicação, da apropriação de espaços, da pugna para fazer valer os direitos do cidadão.” (MANZINI-COVRE, 1995, p. 10).

Nesse sentido, Mazzina (2002) defende a necessidade de as pessoas serem educadas politicamente, de participarem na construção da democracia, entendida por essa autora como constituída pelo conjunto da informação com a educação aliadas aos direitos e deveres. Ainda sobre isso, Vieira (2001, p. 219-221) apresenta que:

A democracia sempre esteve ligada ao Estado-nação, ao poder do Estado. Desde Rousseau, a democracia esteve limitada ao poder do Estado num território demarcado. Os cidadãos são nacionais, pertencem a um Estado-nação.

[...]

O que interessa aqui é ressaltar que os direitos de cidadania são direitos exercidos no interior de um Estado-nação. Tradicionalmente, o Estado nacional é o lar da cidadania.

Sobre as conceituações, as definições, as vertentes teóricas que envolvem a cidadania, Vieira (2001, p. 33) aponta que Janoski (1998)⁴ delimitou três delas como principais, que são as seguintes: “[...] a teoria de Marshall acerca dos direitos de cidadania; a abordagem de Tocqueville/Durkheim a respeito da cultura cívica; e a teoria marxista/gramsciana acerca da sociedade civil.”

Assim sendo, neste trabalho adotamos como base a concepção de cidadania proposta pelo sociólogo britânico Thomas Humphrey Marshall⁵, e amplamente citada na literatura científica da área.

⁴ JANOSKI, Thomas. **Citizenship and civil society**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

⁵ MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

Acerca disso, Vieira (2001, p. 33) afirma que:

O conceito de cidadania, enquanto direito a ter direitos, foi abordado de variadas perspectivas. Entre elas, tornou-se clássica, como referência, a concepção de Thomas H. Marshall, que, em 1949, propôs a primeira teoria sociológica de cidadania ao desenvolver os direitos e obrigações inerentes à condição de cidadão. Centrado na realidade britânica da época, em especial no conflito frontal entre capitalismo e igualdade, Marshall estabeleceu uma tipologia dos direitos de cidadania. Seriam os direitos civis, conquistados no século XVIII, os direitos políticos, alcançados no século XIX – ambos chamados direitos de primeira geração – e os direitos sociais, conquistados no século XX, chamados direitos de segunda geração.

Sucintamente é importante abordarmos que esses três conjuntos de direitos (civis, políticos e sociais) não podem ser desvinculados, uma vez que os direitos civis estão atrelados profundamente aos direitos políticos e a ideia de cidadania atual está toda baseada nos direitos sociais, sendo a classe trabalhadora “administrada” assim atualmente.

Quanto à definição dos direitos podemos afirmar que: os **direitos civis** são aqueles relacionados ao direito ao corpo, à vida, a liberdade de expressão, a igualdade; os **direitos políticos** visam à deliberação do homem sobre sua vida, à liberdade de associação e reunião, nos sindicatos, nas escolas, na participação política e eleitoral, à greve; e, por fim, os **direitos sociais** prezam pelo atendimento das necessidades humanas básicas, tais como alimentação, habitação, saúde, educação, aposentadoria (MANZINI-COVRE, 1995; VIEIRA, 2009).

E esse entendimento de cidadania relacionado aos direitos e deveres (ou obrigações) do cidadão está expresso na Constituição Federal Brasileira, de 05 de outubro de 1988, que é a espinha dorsal do Estado-nação, lar da cidadania. Especialmente no artigo 5º, da mesma, defende-se o princípio da igualdade (ou isonomia), no qual todos são iguais perante a lei.

No entanto, cabe citar que a globalização enfraquece o Estado nacional e com relação a isso, Vieira (2001, p. 221) aponta que:

Alguns elementos recentes parecem enfraquecer essa relação entre cidadania e Estado nacional, entre os quais, poderíamos citar (a) os Direitos Humanos Internacionais – os direitos do indivíduo não são mais protegidos apenas pelo Estado-nação; (b) as migrações em massa, que mudam a composição da população, que deixa de ser

homogênea; (c) a globalização – a informação e a comunicação não estão mais confinadas às fronteiras nacionais.

Por fim, é importante sistematizarmos como os princípios que compõem/norteiam a **cidadania**, os seguintes: o exercício dos direitos civis, políticos e sociais e dos deveres daí advindos; a participação do cidadão na sociedade civil e no debate público; o acesso à informação como subsídio aos anteriores; e a emancipação (conscientização) social.

4 BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS E CIDADANIA: relacionando as variáveis

Conforme já foi dito anteriormente, a literatura científica sobre as bibliotecas comunitárias é escassa, o que se comprovou definitivamente quando buscamos por referencial teórico que relacionasse as bibliotecas comunitárias com a cidadania. A literatura sobre essa relação é praticamente nula no Brasil, e quando ela existe as relações não são feitas de forma direta, isto é, utilizando conceitos referentes à cidadania.

Localizamos apenas um artigo, que é recente, mas não muito aprofundado, sobre o assunto. Nele encontramos o relato de um projeto de extensão do Curso de Biblioteconomia, Departamento de Ciências da Informação, da Universidade Federal do Ceará (UFC), no qual professores e alunos trabalharam em prol da criação de bibliotecas comunitárias em três municípios cearenses.

É interessante citarmos os seguintes trechos do artigo: “A gestão [da biblioteca comunitária] ocorre de modo participativo e dinâmico, mediante trabalho voluntário e ação participativa, na maioria das vezes.” (CAVALCANTE; FEITOSA, 2011, p. 123). Bem como:

Muitas das bibliotecas comunitárias existentes no Brasil, por conseguinte, carecem de recursos e de projetos que possam levar seus usuários a ocuparem espaços na sociedade de modo igualitário. Entretanto, cumprem importante papel com relação ao desenvolvimento do pensamento crítico e da evidência de esforços coletivos para ampliar os espaços de direito e de articulação locais. (CAVALCANTE; FEITOSA, 2011, p. 125).

Nos dois trechos é possível reconhecer os princípios da cidadania relacionados às bibliotecas comunitárias. Na primeira citação temos a questão da participação, da atuação, da ação social do cidadão; já na segunda, apesar das carências apontadas, é salutar a indicação do desenvolvimento do pensamento crítico, que intenta levar à emancipação social, e a colocação das bibliotecas como espaços públicos para a articulação local.

Objetivamente, podemos afirmar que, comumente, as bibliotecas comunitárias estão localizadas em áreas carentes (periféricas) das cidades, e que geralmente elas são mantidas pela própria comunidade, no intuito de propiciar

acesso: à informação, à cultura, às artes, e a um espaço no qual o cidadão sinta-se confortável para o exercício da sociabilidade. As relações que permeiam as bibliotecas comunitárias e a cidadania são aquelas que visam à inclusão social do indivíduo, seja conscientizando-o dos seus direitos e deveres ou fomentando a sua participação na sociedade, seja auxiliando-o na melhoria da sua educação formal ou na construção de sua identidade coletiva.

Cabe apontar um exemplo peculiar de biblioteca comunitária e sua relação com o exercício da cidadania, que é o caso da “bicicloteca”. Essa biblioteca foi veiculada nos meios de comunicação recentemente, pois um ex-morador de rua, em São Paulo, com o apoio da iniciativa privada, propôs a criação de um projeto intitulado Bicicloteca, que consiste em: “[...] uma bicicleta equipada com um baú atrás com centenas de livro dentro [...]” (GERAQUE, 2011, online).

Figura 1 – Bicicloteca



Fonte: Fotografia de Alessandro Shinoda (GERAQUE, 2011, online).

Logicamente, essa experiência assemelha-se às caixas-estantes das bibliotecas públicas, no entanto a sua relevância reside na iniciativa proposta por um indivíduo em situação de marginalidade, que não possuía acesso às bibliotecas públicas, por não ter comprovante de residência e desejar ter acesso à leitura, assim como desejava que outras pessoas (também em situação de rua) tivessem a mesma oportunidade. No blog do Projeto (www.bicicloteca.com.br) é possível encontrarmos maiores informações sobre este, formas de apoio e doações de livros ou recursos, palestras e demais atividades desenvolvidas.

Vale apontar que a Bicicloteca é classificada pelos idealizadores como “biblioteca itinerante”, o que não chega a ser uma surpresa, já que no decorrer desta pesquisa conhecemos algumas variações terminológicas acerca das bibliotecas comunitárias.

4.1 INFORMAÇÃO E CIDADANIA

Em outras passagens desta pesquisa abordamos o papel da informação, na construção (ou não) da cidadania. Conforme já vimos anteriormente, o acesso à informação é um princípio (e uma garantia do exercício) da cidadania.

Para Cunha (2007, p. 25): “A importância da informação não está somente no aspecto do estudo ou do conhecimento, mas da formação global dos seres humanos.”. A mesma autora aponta que o acesso à informação: “[...] contribui à promoção da cidadania ao respeitar o indivíduo com seu direito fundamental específico e compreendê-lo como sujeito de direito nos moldes do ordenamento jurídico constitucional.” (CUNHA, 2007, p. 30).

No que se refere à importância da informação para a formação global dos cidadãos, é essencial dizer que ela possui uma grande capacidade transformadora, visto que, muitas vezes, a informação atua na subjetividade dos indivíduos, integrando o processo de suas autonomias, bem como a libertação das amarras invisíveis, que nos mantêm cativos nos modelos capitalistas mais agressivos.

De acordo com Miguel (2001, p. 192), o acesso à informação:

Trata-se de um direito fundamental para o exercício da cidadania. Em sociedades cada vez mais complexas, como as nossas, ter acesso a um amplo leque de informações é fundamental para que se possa tomar decisões e fazer escolhas, na vida privada e, em especial, nas questões públicas.

Esse autor é mordaz ao fazer críticas sobre como as informações são veiculadas no Brasil pelos mais diversos canais de comunicação, isto é, ele aponta que as informações são escandalosamente parciais, envolvendo os interesses das elites, que detêm os direitos sobre os meios comunicativos, visando o lucro e a manutenção do *statu quo* da sociedade brasileira. Convenientemente, o mesmo autor também aponta que: “[...] uma cidadania consciente precisa não apenas de uma informação ‘isenta’, mas de uma informação plural.” (MIGUEL, 2001, p. 194).

Portanto, não basta fornecer acesso a qualquer informação, uma vez que a informação capaz de ajudar o cidadão na construção da sua cidadania é aquela que, antes de tudo, provoca o pensamento, incita reflexões e desconstruções sociais; para isso as informações devem ser pluralizadas.

4.2 FUNÇÕES DAS BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS: relações com os princípios de cidadania

Já abordamos o histórico, a definição e os objetivos das bibliotecas comunitárias e compreendemos como ela se configura em um novo tipo de biblioteca. Entretanto, quando voltamos nossa atenção para a composição dos seus acervos e para os serviços prestados, novamente, torna-se necessário voltarmos às bibliotecas públicas.

Retomando Almeida Júnior (1997), é possível lembrarmos que as principais funções da biblioteca pública são: a **educacional**, a **recreacional**, a **cultural** e a **informacional**; sendo que as funções primordiais das bibliotecas públicas são a cultural e a informacional.

Podemos afirmar que as quatro funções acima elencadas se aplicam perfeitamente à realidade das bibliotecas comunitárias, visto que as comunidades atendidas por elas são carentes e como não possuem acesso a “nada”, necessitam de “tudo”.

Em se tratando das funções das bibliotecas comunitárias, cabe apontar que os acervos das bibliotecas comunitárias são compostos, basicamente, pelo livro impresso e, em alguns casos pela internet; o que possibilita a existência das funções **educacional** (em apoio ao ensino formal), e **recreacional** e **cultural** (através da literatura de ficção, auto-ajuda etc.).

Quando entrelaçamos as três primeiras funções acima citadas com os princípios da cidadania, é possível dizer que a função educacional é aquela capaz de apoiar o direito social à educação, enquanto as funções recreacional e cultural tanto podem estar vinculadas ao acesso à informação, quanto à participação do cidadão na sociedade civil, assim como o exercício do direito ao lazer e aos benefícios proporcionados pela leitura.

Assim sendo, a quarta e última função – a **informacional** – atribuída às bibliotecas públicas é aquela que, especialmente, nos interessa em tempos de Tecnologias de Informação e Comunicação; isto é, as TICs legitimam a função informacional das bibliotecas, dado que elas transformaram as possibilidades de suportes informacionais – do livro (átomo) para o meio eletrônico (bit) – (NEGROPONTE, 1995). E essa função é capaz de conscientizar os cidadãos quanto aos seus direitos e deveres, e de apontar quais os caminhos para melhor exercê-los.

Dessa forma, podemos afirmar que o paradigma nas bibliotecas alterou-se da guarda do conhecimento para o acesso à informação; essas informações estão disponibilizadas em diferentes fontes (escritas ou não) e suportes (físicos ou digitais), logo os profissionais da informação (os bibliotecários, por exemplo) necessitam ter competência em informação para lidar com esses diferentes suportes. Sendo assim, essa mudança da guarda para o acesso possibilita que qualquer indivíduo tenha acesso à informação, conforme vimos na seção anterior, alfabetizado ou não; já que é a informação que deve adequar-se às necessidades do usuário, e não o contrário, isto é, essa mudança de paradigma atua de forma inclusiva, no sentido de respeitar e preocupar-se com um número muito mais abrangente de indivíduos.

Nesse sentido, Bernadete Campello introduz um conceito que nos interessa – o da informação utilitária – que apesar de debatido desde a década de 70 no contexto biblioteconômico, ainda não foi consolidado como um fundamento básico nas bibliotecas com públicos mais generalizados (as públicas e as comunitárias). Essa autora entende a informação utilitária como:

[...] as informações de ordem prática, que auxiliam na solução de problemas que normalmente aparecem no cotidiano das pessoas, desde os mais simples até os mais complexos, abrangendo, por exemplo, assuntos ligados à educação, emprego, direitos humanos, saúde, segurança pública e outros. (CAMPELLO, 1998, p. 35).

Complementarmente, Tasca (2008, online, grifo nosso) defende a importância da informação utilitária nas bibliotecas públicas, mas seu discurso serve também às bibliotecas comunitárias quando diz que a:

[...] **informação utilitária é aquela que garante a satisfação das necessidades básicas de alimentação, habitação, vestuário, saúde, educação; que representam a segurança de viver em um determinado espaço.** Somente satisfeito em suas necessidades informacionais básicas, o indivíduo estará motivado a buscar outros conhecimentos que vão apoiá-lo nas suas relações com os grupos sociais a que deseja pertencer: a igreja, o trabalho, etc. e, finalmente, garantir sua reflexão, criatividade e realização plena de seu potencial.

Claramente, a informação utilitária está ligada aos direitos sociais, de segunda geração, conforme vimos anteriormente, bem como ela também se refere ao acesso a informações pluralizadas. Isto é, assim como as informações médicas, científicas, jurídicas, as informações utilitárias também são fundamentais ao exercício e discussão da cidadania; dado que elas auxiliam o cidadão na solução de problemas cotidianos, possibilitando o conhecimento de direitos e deveres para subsidiar seu exercício.

4.3 AS BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

Partimos do pressuposto de que a democracia se constrói a todo instante e que ela é constituída pela união da informação com a educação, aliada aos direitos e deveres dos cidadãos.

Vieira (2001, p. 224) aponta que princípios como a participação e a solidariedade estão enfraquecidos em nossa sociedade, ao passo que diz que, no entanto: “[...] há novas formas de ativismo e militância política, como demonstram os novos movimentos sociais ligados a questões de gênero, raça, ecologia, paz etc.”.

Nesse sentido, as bibliotecas comunitárias podem ser entendidas como uma dessas novas formas de ativismo e militância política, pois bem sabemos que elas nascem na contramão das demais unidades de informação, isto é, originam-se de “baixo para cima”, além de possuírem organizações horizontais e não verticais, como de costume.

As bibliotecas comunitárias são espaços públicos, que desejam constituírem-se em fatores integrantes de suas comunidades, e estão baseadas, conforme já havíamos citado, nos: “[...] princípios da autonomia, da flexibilidade e da articulação local, o que amplia as possibilidades de atuação e de inserção na sociedade.” (MACHADO, 2008, p. 61). Isso amplia a possibilidade do exercício da cidadania.

Por fim, podemos identificar como ações das bibliotecas comunitárias que auxiliam na construção da cidadania as listadas abaixo:

- a) atividades voltadas ao incentivo à leitura (as ações culturais em geral);
- b) realização de contação de histórias para todos os públicos;
- c) disponibilização de reforço escolar formal, seja com aula, seja com material didático;
- d) serviço de referência voltado à resolução de problemas cotidianos, conforme a demanda da comunidade;
- e) mutirões diversos (confeção de documentos, casamentos coletivos, limpeza de praças, entre outros);
- f) reuniões ou festividades que visem a discussão de problemas comuns, no intuito de encontrar estratégias para resolvê-los (por exemplo, problemas

relacionados ao saneamento básico, ao transporte público, à saúde), com base em informações que possam ajudar na resolução desses problemas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As bibliotecas comunitárias auxiliam a construção e o exercício da cidadania ao propiciarem acesso à informação, às formas de leitura, acesso ao livro, às artes e à cultura, acesso ao rol de direitos e deveres que competem a todo e qualquer cidadão, à conscientização da importância da participação na sociedade civil e no debate público; esse conjunto de elementos, aliado ao desejo/interesse do próprio indivíduo, é capaz de alçá-lo à emancipação social, à condição de cidadão de fato.

O papel das bibliotecas comunitárias na construção da cidadania está pautado nas formas como essas bibliotecas agem e representam o poder subversivo de um coletivo, de modo a resistir contra a hegemonia vigente, praticando assim uma atitude de quase enfrentamento social, o que significa, basicamente, a conscientização da possibilidade da participação cidadã.

É importante apontarmos que, conforme vimos no decorrer desta pesquisa, o conceito da biblioteca comunitária, especialmente relacionado à cidadania, é recente. E, assim sendo, a compilação de sua definição ainda apresenta dificuldades.

Podemos inferir que as bibliotecas comunitárias configuram uma nova tipologia de bibliotecas, cuja criação acontece no interior da própria comunidade, geralmente, carente, em um movimento transgressor de “baixo para cima”, no qual a comunidade se responsabiliza pelo seu gerenciamento, de forma horizontal. Nesse sentido, podemos apontar como uma das causas para o seu surgimento a existência de poucas bibliotecas públicas e bibliotecas escolares que atendam com competência as necessidades dessas populações.

Objetivamente, as bibliotecas comunitárias podem ser entendidas como a versão desburocratizada das bibliotecas públicas, que seguem com seus discursos neutros e imparciais, que não servem às comunidades desprivilegiadas, que necessitam de espaços que considerem como seus legitimamente. Em contrapartida, as bibliotecas comunitárias surgem/podem ser entendidas como esses espaços inclusivos, nos quais uma comunidade específica encontra meios, formas de se inserir socialmente.

Nesse sentido, Almeida Júnior (1997) cita despretensiosamente George Orwell ao dizer que a história é escrita pelos vencedores, se essa premissa for verdadeira, as bibliotecas comunitárias são caminhos ou os locais alternativos que almejam fornecer voz e vez àqueles que sempre “perderam” e estiveram relegados à margem da sociedade.

Finalmente, retomamos que o acesso à informação fornecido pelas bibliotecas comunitárias pode ser entendido como a força motriz para o desenvolvimento da cidadania. E que novos estudos que visem o relacionamento das bibliotecas comunitárias com a cidadania são fundamentais na literatura científica brasileira, especialmente, no meio acadêmico biblioteconômico; bem como estudos voltados a atuação do profissional bibliotecário nas bibliotecas comunitárias.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Bibliotecas públicas e bibliotecas alternativas**. Londrina: Ed. UEL, 1997.

BARBALET, Jack M. **A cidadania**. Lisboa: Estampa, 1989.

BASTOS, Gustavo Grandini. **Bibliotecas comunitárias em discurso**. 2010. 158 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências da Informação e Documentação e Biblioteconomia). Curso de Ciências da Informação e da Documentação. Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2010. Disponível em: <<http://rabci.org/rabci/sites/default/files/BIBLIOTECAS%20COMUNIT%C3%81RIAS%20EM%20DISCURSO%20GUSTAVO%20GRANDINI%20BASTOS.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2011.

BLANK, Cinthia Kath; SARMENTO, Patrícia Souza. Bibliotecas comunitárias: uma revisão de literatura. **Biblionline**, João Pessoa, v. 6, n. 1, p. 142-148, jan./dez. 2010. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/4909/3714>>. Acesso em: 05 set. 2011.

BOHM, Marcelo Ribeiro. **Estudo de perfil e necessidades informacionais dos usuários da Biblioteca Livros Sobre Trilhos**: Estação Mercado. 2009. 74 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Biblioteconomia). Curso de Biblioteconomia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/22695/000740216.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 05 set. 2011.

BRASIL. Presidência da República. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 02 dez. 2011.

CAMPELLO, Bernadete Santos. Fontes de informação utilitária em bibliotecas públicas. **Revista Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, DF, v. 22, n. 1, p. 35-46, jan./jun. 1998.

CARPINEJAR, Fabrício. **O amor esquece de começar**: crônicas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CAVALCANTE, Lidia Eugenia; FEITOSA, Luiz Tadeu. Bibliotecas comunitárias: mediações, sociabilidades e cidadania. **Liinc em revista**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 121-130, mar. 2011. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/406/269>>. Acesso em: 17 out. 2011.

CUNHA, Laura de Fátima Ferreira da. **Acesso à informação: uma questão de cidadania**. 2007. 40 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Direito Constitucional). Curso de Especialização Telepresencial e Virtual em Direito Constitucional. Universidade do Sul de Santa Catarina, Instituto Brasiliense de Direito Público, Brasília, DF, 2007. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/handle/2011/17250>>. Acesso em: 05 set. 2011.

DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. **Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

GERAQUE, Eduardo. Bicicloteca empresta livros para moradores de rua em SP. Fotografia de Alessandro Shinoda. **Folha.com**, São Paulo, 27 jul. 2011. Disponível em: <<http://folha.com/ct950367>>. Acesso em: 02 dez. 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAIPÉLT, Rita do Carmo Ferreira et al. Biblioteca comunitária e telecentro: unidos na busca da inclusão social. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. 21. 2005, Curitiba. **Anais...** Porto Alegre: Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, 2005.

LARA, Marilda Lopez Ginez de. Diferenças conceituais sobre termos e definições e implicações na organização da linguagem documentária. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 91-96, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n2/a09v33n2.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2011.

LUFT, Lya. **Pensar é transgredir**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MACHADO, Elisa Campos. **Bibliotecas comunitárias como prática social no Brasil**. 2008. 184 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-07012009-172507/pt-br.php>>. Acesso em: 05 set. 2011.

MACHADO, Elisa Campos. Uma discussão acerca do conceito de biblioteca comunitária. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 7, n. 1, p. 80-94, jul./dez. 2009. Disponível em: <http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/sbu_rci/article/view/420/283>. Acesso em: 05 set. 2011.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. **O que é cidadania**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

MAZZINA, Constanza. **La importancia de la formación ciudadana**. Instituto Internacional de Gobernabilidad de Cataluña, Fundación Friedrich A. von Hayek, n. 3, 2002.

MIGUEL, Luis Felipe. Cidadania e direito à informação. **Comunicação & Política**, v. 8, n. 2, p. 191-199, maio/ago. 2001.

MILANESI, Luís. **Biblioteca**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

NEGROPONTE, Nicholas. **A vida digital**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

SARTI, Rosa Maria; GUIRALDELI, Imalda; VICENTINI, Luiz Atilio. PIMPLE: projetos de implantação de pontos de leitura – bibliotecas públicas e comunitárias. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 17, n. 3/4, p. 7-23, jul./dez. 1984.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. Florianópolis: UFSC, 2001. Disponível em: <<http://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia%20da%20Pesquisa%203a%20edio.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2011.

STUMPF, Ida Regina Chittó. Estudo de comunidades visando à criação de bibliotecas. **Revista de Biblioteconomia & Comunicação**, Porto Alegre, v. 3, p. 17-24, jan./dez. 1988.

STUMPF, Ida Regina Chittó. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org). **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

TASCA, Maria Cristina Monteiro. Informação, um direito de todos. **Itu.com.br**, Itu, SP, 05 jun. 2008. Disponível em: <http://www.itu.com.br/conteudo/detalhe.asp?cod_conteudo=13849>. Acesso em: 29 set. 2011.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e globalização**. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

VIEIRA, Liszt. **Os argonautas da cidadania**: a sociedade civil na globalização. Rio de Janeiro: Record, 2001.